

O passo a passo da mudança

Às vezes, por ignorância ou má-fé, alguns setores políticos interpretam um período da história de forma distorcida. Engrandecem as falhas, diminuem os acertos. A época compreendida pelos dois governos de Fernando Henrique Cardoso reflete bem essa dicotomia. O Brasil daquela época avançou muito em termos de estrutura econômica, mesmo que os indicadores sociais e o crescimento econômico tenham deixado a desejar. Entretanto, a História é feita muito mais de passos gradativos do que propriamente de rupturas ao sabor do vento.

Até o início do Plano Real o Brasil era um país sem esperança. A cada trinta dias, nossa economia contabilizava uma inflação galopante, que corroía a renda das camadas mais pobres (que possuem maiores dificuldades de se proteger dos seus efeitos negativos através de contas remuneradas) e, com isso, não conseguia planejar seu futuro. A estabilidade de preços trouxe um novo alento, na busca da construção de uma economia de mercado eficiente.

Ao lado do plano de estabilização foram executadas grandes reformas estruturais da economia brasileira. As mais importantes foram: fim dos monopólios estatais de petróleo e telecomunicações; mudanças no tratamento ao capital estrangeiro; um apreciável programa de privatizações; saneamento do sistema financeiro; reforma inicial da Previdência; renegociação das dívidas estaduais; Lei de Responsabilidade Fiscal; adoção do regime de *Inflation Targeting*; ajuste fiscal parcial a partir de 1999, com os superávits primários.

Além das reformas estritamente econômicas, a década de 90 viu a correção de uma grande tragédia nacional: o pouco investimento em saúde e educação. O atendimento nos hospitais foi universalizado pelo maior programa do gênero no mundo, o SUS. Fruto de um pensamento que centraliza a busca pela qualidade no enfermo, o SUS hoje é um exemplo de que o atendimento hospitalar pode ser feito sem a administração direta do Estado, com uma participação vigorosa de profissionais liberais e hospitais privados.

Já na educação, o governo FHC enfim universalizou o acesso à educação fundamental, algo que nossos vizinhos já haviam feito a mais de cinqüenta anos – e os países desenvolvidos a mais de um século. Permitiu uma vigorosa expansão do ensino superior privado, ao largo da burocracia improdutiva cada vez mais latente das universidades públicas. Criou mecanismos de controle e avaliação centralizados, capazes de mostrar a população quem são as boas e más instituições.

Destarte, como vivemos em um regime democrático, todas essas reformas foram acompanhadas de suas respectivas críticas pelos opositores ao governo FHC. As mais exaltadas vinham sobretudo do atual governo, que via uma exacerbação no lado econômico, ao passo que o social era, segundo eles, deixado de lado. O interessante nessa argumentação é que os atuais opositores não só continuaram os programas eminentemente sociais do PSDB como o

radicalizaram, em vários sentidos. Um grande exemplo disso é o atual Bolsa Família, resultado da integração de vários programas individuais idealizados na gestão anterior.

Como tudo na História, porém, sempre haverá os erros e acertos. A expansão do ensino superior privado, por exemplo, foi feita sem uma definição mais clara do modelo. Seria necessário, para que o novo sistema funcionasse de fato, que toda a educação superior fosse paga, redirecionando a prioridade do governo central para a educação básica. Assim, as universidades públicas deveriam buscar a complementação financeira de seus projetos da mesma forma que os mais renomados departamentos internacionais o fazem – através da captação de *funding raising* em agências de fomento e via cobrança de mensalidades a sua corpo discente. Já no lado econômico, poderia se argumentar que a sobrevalorização do câmbio durou tempo demais, custando um valor muito alto aos cofres públicos.

Mas tudo isso fica a cargo da História. Os erros sempre ocorrerão. Afinal não há milagres. O que não pode é modificar a trajetória do navio a cada mudança de capitão. Não fosse metade das ações tomadas pela gestão FHC, hoje não estaríamos com uma situação macroeconômica tão favorável frente às condições internacionais. Nada disso, porém, parece fazer parte do discurso oficial. O PT e seus mais altos dirigentes parecem padecer de uma amnésia crônica (ou como rogo não querer acreditar, de uma má-fé absurda) e defendem que o Brasil de hoje foi construído somente a partir de 2003, quando então “amadureceram” e chegaram ao poder.

Por fim, os críticos mais ardorosos da “Era FHC” usam dados de corrupção para julgar sua trajetória. Longe de querer julgar o certo pelo duvidoso, a corrupção infelizmente nos acompanha desde que Duarte Pacheco por aqui aportou. Difícil citar um governo na história da República que não tenha tido pelo menos um caso. Mas, se formos comparar, quem mais encheu a máquina pública com os amigos do Rei foi a atual administração. Na época de FHC existia uma visão de que os técnicos de carreira, os homens que sabem o que fazem eram os reais responsáveis pelas diferentes autarquias. Hoje, a máquina está repleta de militantes, ex-sindicalistas, que mal sabem fazer contas ou analisar um balanço financeiro. Estão repletos de preconceitos ideológicos e acham que gestão pública limita-se a formação de quadros e conversão dos contrários.

O Brasil para mudar de verdade precisa de uma sucessão de boas iniciativas. Não basta que surjam heróis em espaçados períodos da história. O que é necessário para transformar o país em uma economia de mercado eficiente e com um mínimo de igualdade social é trabalho, seja do governo, seja dos agentes individuais. Somente assim alcançaremos melhores dias do que o infortúnio atual.